

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	19
CAPÍTULO 1 – NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	23
1.1. Diferentes critérios adotados para a conceituação do Direito Administrativo.....	23
1.2. Direito Administrativo como Direito Público.....	29
1.3. Relação Jurídico-Administrativa.....	32
1.3.1. Supremacia do interesse público sobre o privado.....	32
1.3.1.1. Teoria do equilíbrio	40
1.3.2. Indisponibilidade do interesse público pela administração...	42
1.4. Poderes administrativos	46
1.4.1. Introdução	46
1.4.2. Poder hierárquico ou subfunção hierárquica	47
1.4.3. Poder disciplinar ou subfunção disciplinar	49
1.4.4. Poder de polícia ou subfunção de polícia	52
1.4.5. Poder regulamentar ou subfunção regulamentar	61
1.4.6. Poder extroverso ou subfunção extroversa.....	64
1.4.7. Poderes implícitos ou subfunções implícitas.....	65
1.5. Competência administrativa.....	67
1.5.1. Conceito.....	67
1.5.2. Critérios de distribuição.....	67
1.5.3. Delegação e avocação.....	69
1.5.4. Agente de fato	71
1.6. Silêncio da administração pública	73
CAPÍTULO 2 – ILÍCITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	77
2.1. Aspectos gerais.....	77
2.2. Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade disciplinares.....	81
2.3. Extraterritorialidade	83
CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DA SINDICÂNCIA PUNITIVA	85
3.1. Princípio da legalidade.....	85
3.2. Princípio da Segurança Jurídica	90

3.3. Princípio da impessoalidade	94
3.4. Princípio da moralidade	96
3.5. Princípio da publicidade.....	98
3.6. Princípio da eficiência.....	100
3.7. Princípio da proporcionalidade.....	103
3.8. Princípio da razoabilidade.....	105
3.9. Princípio da boa-fé	107
3.10. Princípios do contraditório e da ampla defesa	111
3.11. Princípio da oficialidade	113
3.12. Princípio do formalismo moderado	114
3.13. Princípio da verdade real.....	115
3.14. Princípio da vedação do <i>bis in idem</i>	115
3.15. Princípio da cortesia.....	117
3.16. Princípio da motivação	119
3.17. Princípio da gratuidade.....	123
3.18. Princípio da justa causa	124
CAPÍTULO 4 – GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	127
CAPÍTULO 5 – PREVISÃO CONSTITUCIONAL.....	131
CAPÍTULO 6 – TIPOS DE AGENTES PÚBLICOS	133
6.1. Agentes políticos.....	133
6.2. Militares.....	134
6.2.1. Considerações iniciais	134
6.2.2. Estatuto Dos Militares (Lei n. 6.880/1980).....	136
6.3. Empregados Públicos.....	136
6.3.1. Conceito.....	136
6.3.2. Histórico	138
6.4. Contratados por tempo determinado (Inc. IX do art. 37 da CF/88)...	142
6.5. Particulares Em Colaboração Com O Poder Público.....	145
6.6. Pessoas sujeitas ao processo administrativo disciplinar e à sindicância da Lei n. 8.112/90: Servidores Públicos.....	147
CAPÍTULO 7 – OBJETO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DA SINDICÂNCIA PUNITIVA	159
CAPÍTULO 8 – SANÇÕES	165

CAPÍTULO 9 – PRESCRIÇÃO	171
CAPÍTULO 10 – DENÚNCIA	175
CAPÍTULO 11 – DEVER DE PROMOÇÃO DA APURAÇÃO.....	179
CAPÍTULO 12 – SINDICÂNCIA	181
12.1. Sindicância investigativa ou investigatória	182
12.2. Sindicância punitiva.....	183
CAPÍTULO 13 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)	187
13.1. Medida cautelar de afastamento preventivo.....	188
13.2. Conceito legal.....	188
13.3. Instauração.....	189
13.4. Comissão processante.....	192
13.4.1. Natureza dos atos da comissão: vinculação e discricionari- riedade.....	201
13.5. Prazo de conclusão do processo administrativo disciplinar.....	208
13.6. Inquérito.....	210
13.7. Julgamento	226
13.7.1. Aspectos Gerais	226
13.7.2. Julgamento contrário ao relatório.....	229
13.7.3. Inconstitucionalidade da majoração da pena do parágrafo único do art. 168 da Lei n. 8.112/90.....	231
13.8. Processo Administrativo Disciplinar sumário	236
13.9. Outros agentes públicos	240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	243

ANEXOS

ANEXO I – FASES	249
ANEXO II – MODELOS.....	251
1. Memorando solicitando a formalização do processo (confecção de autos).....	251
2. Memorando solicitando autorização para deslocamento e pagamento de diárias.....	252
3. Memorando solicitando material de expediente.....	253

4.	Memorando para comunicação de dedicação exclusiva e de dispensa de ponto	254
5.	Portaria designando membro-secretário(a)	255
6.	Termo de fidelidade de secretário(a)	255
7.	Ata de instalação dos trabalhos	256
8.	Memorando para comunicação à autoridade local ou chefe imediato do(s) acusado(s)	257
9.	Memorando para comunicação à autoridade instauradora	258
10.	Memorando para comunicação ao chefe de recursos humanos.....	259
11.	Memorando pedindo prorrogação do prazo	260
12.	Memorando pedindo proteção policial.....	260
13.	Memorando pedindo a realização de exame médico pericial para instauração de incidente de sanidade mental.....	261
14.	Memorando cientificando o chefe imediato de depoimento.....	262
15.	Memorando solicitando afastamento preventivo	263
16.	Notificação prévia do(s) acusado(s)	263
17.	Ata de trabalhos com deliberação para solicitar designação de perito.....	264
18.	Memorando com solicitação para designação de perito.....	265
19.	Termo de fidelidade de perito	266
20.	Intimação para oitiva.....	266
21.	Intimação do acusado para participar de oitiva	267
22.	Intimação do (s) acusado (s) para especificar provas e depositar o rol de testemunhas.....	268
23.	Intimação do(s) acusado(s) da data e local da perícia	268
24.	Intimação do(s) acusado(s) para se manifestar sobre o laudo pericial	269
25.	Intimação do(s) acusado(s) da juntada de documentos	270
26.	Intimação do(s) acusado(s) do seu interrogatório	270
27.	Certidão de insucesso de intimação.....	271
28.	Certidão de transcorrência de prazo em branco.....	271
29.	Termo de declarações de denunciante, testemunha ou acusado.....	272
30.	Memorando solicitando interrupção de férias	273
31.	Termo de encerramento da instrução e indicição.....	273
32.	Citação.....	274

33.	Citação por edital.....	275
34.	Memorando para solicitar a designação de defensor dativo.....	275
35.	Portaria designando defensor dativo.....	276
36.	Memorando para substituição de membro da comissão	277
37.	Relatório final de comissão de sindicância punitiva.....	277
38.	Relatório final de comissão de processo administrativo disciplinar	282
39.	Intimação para apresentação de defesa em sindicância punitiva.....	286
40.	Decisão de instauração de processo administrativo disciplinar a partir de sindicância	287
41.	Decisão de arquivamento de sindicância	287
42.	Termo de encerramento.....	287
43.	Termo de entrega	288
44.	Despacho simples	288
45.	Termo de juntada.....	289
 ANEXO III – ENUNCIADOS DA CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO (ÓRGÃO CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO).....		291
 ANEXO IV – PARECERES DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO SOBRE O TEMA.....		293
 ANEXO V – LEI N. 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.....		297
	Portaria AGU nº 22, de 12 de janeiro de 2012.....	311
 ANEXO VI – LEGISLAÇÃO DE DIREITO COMPARADO		317
1.	Colômbia.....	317
2.	Portugal	381
 ÍNDICE REMISSIVO		405